

## DESTAQUES DE BRASÍLIA

- PEC dos benefícios pode ter auxílio-Uber e excluir estado de emergência
- Prefeitos vão a Brasília contra impacto fiscal de R\$ 73 bi
- Nunes Marques manda senador relator da LDO explicar emenda de relator impositiva
- Vetos sobre ICMS nos combustíveis, dívidas do Fies e despacho de bagagem aguardam votação

### PEC dos benefícios pode ter auxílio-Uber e excluir estado de emergência

Relator da PEC dos “benefícios” (ex-PEC dos Combustíveis), o deputado Danilo Forte (União-CE) afirmou nesta segunda-feira, em nota, que está sugerindo alterar o projeto para criar **um auxílio a motoristas de aplicativo e a possibilidade de excluir do texto o “estado de emergência”**. Ele destacou que ambas dependem do apoio dos deputados.

No texto da PEC que veio do Senado já estão incluídos o voucher de R\$ 1 mil por mês para caminhoneiros autônomos e R\$ 2,5 bilhões para motoristas de táxi, mas sem definição até agora do valor para cada um. **Na discussão no Senado, cogitou-se estender o benefício aos motoristas de “Uber” e aplicativos similares, mas o governo rejeitou a ideia ao dizer que não há cadastros públicos de quem são.**

Em relação ao estado de emergência, o relator defende que a própria lei do teto de gastos já autoriza o aumento de despesas em casos de crise financeira ou calamidade. Segundo ele, exatamente o que temos vivenciado no Brasil desde a pandemia e com a Guerra da Ucrânia.

**Na sexta-feira (1º), o texto foi apensado à PEC de biocombustíveis, que já tinha tido a admissibilidade aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), justamente para agilizar o processo.** As alterações estudadas por Forte podem atrasar a promulgação do texto, atrapalhando os planos da Câmara de acelerar a tramitação.

A expectativa é que o relatório do deputado seja votado na quarta-feira (6) na comissão especial da Câmara dos Deputados. Se aprovada, a PEC será levada ao plenário, onde precisa do apoio de no mínimo 308 parlamentares em votação em dois turnos. **O objetivo do Palácio do Planalto é que a PEC seja votada na quarta-feira. Isso permitiria ao governo começar a pagar os benefícios previstos com a proposta ainda neste mês,** como o Auxílio Brasil turbinado, o vale-gás e o "Pix Caminhoneiro". Alterações na Câmara fazem o texto voltar para o Senado.

**O custo total da PEC, aprovada no Senado por 72 votos a favor e apenas 1 contrário, já estava em R\$ 41,25 bilhões.** Não foram apresentadas estimativas de gastos se forem incluídos os motoristas de aplicativo.

Programa	Proposta	Custo até 31/12/2022
Auxílio Brasil	Elevar o valor mínimo de R\$ 400 para R\$ 600 e zerar a filia	R\$ 26 bilhões
Vale-gás	Passará a ser equivalente a um botijão de 13 kg a cada dois meses	R\$ 1 bilhão
Caminhoneiros	Criar benefício de R\$ 1.000/mês	R\$ 5,4 bilhões
Transporte	Subsidiar gratuidade para maiores de 65 anos	R\$ 2,5 bilhões
Etanol	Subsídios	R\$ 3,8 bilhões
Taxistas	Benefício mensal de R\$ 200 para taxistas	R\$ 2 bilhões
Alimenta Brasil	Ampliação do programa	R\$ 500 milhões
<b>Total</b>		<b>R\$ 41,2 bilhões</b>

([Valor](#) / [Folha](#) / [O Globo](#))

### Prefeitos vão a Brasília contra impacto fiscal de R\$ 73 bi

Cerca de 1.000 prefeitos pretendem fazer hoje (05) uma mobilização no Congresso contra medidas em tramitação no Legislativo, no governo federal e no Supremo Tribunal Federal. O motivo: esses textos aumentam gastos e reduzem receitas dos municípios.

Ao todo, projeta-se que as prefeituras podem sofrer um **impacto fiscal de R\$ 73 bilhões se medidas atualmente em tramitação forem aprovadas**. O custo total pode subir para R\$ 250,6 bilhões se todas as propostas mapeadas pela CNM (Confederação Nacional de Municípios) forem aprovadas. ([Poder 360](#))

### Nunes Marques manda senador relator da LDO explicar emenda de relator impositiva

O ministro Nunes Marques, do STF, deu 10 dias para o senador Marcos do Val (Podemos-ES) relator da proposta da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) explicar o trecho que torna obrigatória a execução de até R\$ 19 milhões em emendas de relator em 2023.

A proposta ainda precisa ser analisada pelo plenário do Congresso Nacional. Se mantida, as emendas de relator passam a ter execução obrigatória. ([Poder 360](#))

### Vetos sobre ICMS nos combustíveis, dívidas do Fies e despacho de bagagem aguardam votação

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, convocou sessão do Congresso Nacional para as 14h de hoje (05) para análise de vetos. A ordem do dia ainda não foi publicada, mas existe uma fila de 36 vetos aguardando votação dos senadores e deputados e, desse total, **25 já estão trancando a pauta**.

A convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional é prerrogativa do presidente do Senado, que dirige a Mesa do Congresso. **Para a rejeição do veto é necessária a maioria absoluta dos votos, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores, computados separadamente. Registrada uma quantidade inferior de votos pela rejeição em umas das Casas, o veto é mantido.** Caso o veto seja

rejeitado, as partes correspondentes do projeto apreciado são encaminhadas à promulgação pelo Presidente da República em até 48 horas ou, na omissão deste, pelo presidente ou vice-presidente do Senado, em igual prazo.

Entre os temas a serem apreciados estão:

- Marco Legal dos Micro e Minigeradores de Energia
- Privatização da Eletrobras
- Teto do ICMS
- Gratuidade de Bagagem
- Abatimento das dívidas do FIES

([Agência Senado](#))

**Lorena Laudares** | Mestre em Ciência Política

(21) 98115-6831 - [lorena.laudares@orama.com.br](mailto:lorena.laudares@orama.com.br)

---

As informações contidas neste material têm caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão de alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.